

[https://www.deutschlandfunkkultur.de/nach-der-krise-ist-vor-der-krise-das-virus-in-zeiten-des.976.de.html?dram%3Aarticle\\_id=478288&fbclid=IwAR1Z1Klka5AoT9eJgs17so\\_RsRkjkfunFzOIm32GXFrTi7nnDXMce9o-rl](https://www.deutschlandfunkkultur.de/nach-der-krise-ist-vor-der-krise-das-virus-in-zeiten-des.976.de.html?dram%3Aarticle_id=478288&fbclid=IwAR1Z1Klka5AoT9eJgs17so_RsRkjkfunFzOIm32GXFrTi7nnDXMce9o-rl)

Depois da crise, o prenúncio da crise

## O vírus em tempo de alterações climáticas

De Susanne Götze e Annika Joeres



No que toca à protecção do clima, o objectivo é achatar a curva das emissões: os cientistas do clima têm esperança de que esta consciência se imponha. (imagem / Ikon Images / John Holcroft)

**Protecção do Estado, previdência e resiliência da sociedade surgem escritas em letras gordas no contexto da pandemia — e isso também acontece porque se escuta o que os virologistas têm a dizer. Isso é algo com que os cientistas do clima apenas podem sonhar. O mundo pós-coronavírus conhecerá uma alteração das mentalidades no que toca à protecção do clima?**

Para 20 000 pessoas da Fridays for Future, é claro como água. A política deu cabo de tudo. Com ou sem coronavírus, a crise climática permanece. Os jovens activistas sentem-se mais zangados do que nunca.

A sua canção, «FightEveryCrisis», que divulgaram pela primeira vez por ocasião da greve global pelo clima, que teve lugar no final de Abril, torna clara sobretudo uma coisa: para os activistas, a pandemia do coronavírus é apenas uma crise dentro da crise. A célebre imagem do achatamento da curva ou «flatten the curve» aplica-se, não só ao coronavírus, mas em mesma medida às alterações climáticas. Para o movimento pelo clima, o número de novas infecções com a Covid-19 e a emissão de gases de estufa são duas curvas que têm de ser achatadas.

Para a manifestação *online* de 24 de Abril, quase 20 000 activistas do clima ligaram-se ao *live stream* da Fridays for Future. Para este movimento, o pacote negociado em Setembro de 2019 para o clima é um ultraje. Para eles, trata-se de um «documento que atesta o fracasso», conforme cantam os 25 músicos que participam no *video clip* «FightEveryCrisis». Os políticos não estão a operar uma redução suficientemente radical das emissões de CO<sub>2</sub>, acusam.

Até agora, com efeito, tudo tem avançado com relativa lentidão. Até 2050, a Alemanha pretende não emitir mais praticamente nenhuns gases com efeito de estufa. Contudo, o óleo mineral, o carvão, a energia atómica e o gás natural perfazem ainda assim 80 por cento das energias primárias na Alemanha. Continuamos assim a gerar a maioria dos nossos produtos e energias com tecnologias nocivas para o ambiente.

### **Pensar conjuntamente o coronavírus e a crise climática**

Permanece ainda por saber quais as consequências da pandemia do coronavírus para o combate mundial à crise climática. Em contexto de crise económica global, poderá ser mais difícil fazer valer uma política de protecção do ambiente. Simultaneamente, o novo e duradouro estado de excepção pode todavia também oferecer oportunidades. Activistas, cientistas e políticos ambientais começaram por isso a pensar conjuntamente o coronavírus e a crise climática.

«O coronavírus mostra como uma crise global nos pode afectar profundamente como sociedade mundial», diz Patricia Espinosa. «Já falamos há muito de uma crise climática, mas nunca foi levada tão a sério. Mas temos de perceber claramente que a crise climática global afecta da mesma forma a nossa vida e que pode restringir as nossas liberdades. Se não agirmos rapidamente, as alterações climáticas podem ter efeitos extraordinariamente destrutivos para a nossa vida e o nosso quotidiano.»

Patricia Espinosa dirige há quatro anos o Secretariado do Clima da ONU em Bona. Esta mexicana é a responsável máxima para o clima e monitoriza o Acordo de Paris sobre o Clima. Também esta alta responsável pelo clima na ONU alerta para um recuo internacional, temendo que muitos países se esquivem das suas obrigações ao abrigo do acordo.



Patricia Espinosa no «Earth Day Network» há algumas semanas (picture alliance / Photoshot)

«Provavelmente, alguns países irão desacelerar os seus esforços de protecção do ambiente», presume ela. «É realmente muita pena, mas temos de tentar ajudá-los a recuperar. Escrevi a todos os ministros dos 195 países, recordando-os das suas obrigações ao abrigo do acordo. Mas também dou conta de que a protecção do ambiente não está neste momento no topo da agenda, já que tudo gira agora em torno da Covid-19.»

A responsável máxima pelo clima da ONU mais não pode fazer do que advertir. O acordo sobre o clima assenta na pressão diplomática. Os países que queiram fazer menos em prol da protecção do clima deverão ser persuadidos a cumprir as suas obrigações por ocasião de outras negociações — por exemplo, de novos contratos comerciais.

### **Os sucessos até agora alcançados pela diplomacia climática podem estar em risco**

Patricia Espinosa teme que a pandemia possa destruir um trabalho alcançado por décadas de diplomacia. Nas cimeiras sobre o clima, estes 195 países do mundo discutiram durante quase 30 anos, até que todos chegaram a um consenso quanto a uma abordagem comum no combate às alterações climáticas. Mas este consenso era frágil.

«Já antes da crise do coronavírus era evidente que "mais do mesmo", nas nossas sociedades, era tudo menos sustentável», diz ela. «Já sabíamos que não podíamos continuar eternamente com aquele tremendo consumo e o elevado uso de energia. Depois da crise do coronavírus, isto tornou-se aliás ainda mais claro: agora, no período de recuperação, o importante é investir no futuro e não na destruição do nosso planeta.»

Existem actualmente cada vez mais vozes que não vêem no coronavírus uma oportunidade de aumento da protecção do clima, mas sim do seu retrocesso. Estas exigências chegam-nos de grupos que, já antes desta crise, protestavam contra as rigorosas regras de protecção ambiental.

### **Contestatários da protecção ambiental pressentem a sua oportunidade**

O presidente da AfD, Jörg Meuthen, declarou em Abril, no pico da pandemia do coronavírus: «Se a economia alemã pretende alguma vez recuperar do coronavírus, isso só acontecerá sem as condições de protecção do clima absolutamente excessivas e adversas para a economia impostas pela UE.»

O economista político do FDP, Gerald Ullrich, exige o adiamento da introdução do imposto de CO<sub>2</sub> para a gasolina e o fuelóleo. Afirmar: «Qualquer economista sabe que, numa crise económica, o aumento de impostos é, por princípio, errado.»

A presidente da Associação Alemã da Indústria Automóvel (Verband der Deutscher Automobilindustrie), Hildegard Müller: «Não é momento para ponderar um agravamento da regulamentação do CO<sub>2</sub>».

Também vozes conservadoras, como o colunista da *Spiegel*, Nikolaus Blome, parecem regozijar-se: «A Fridays for Future tem de fazer uma análise interior. Chegou o momento de se questionar honestamente a si mesma. De assumir um pouco de humildade.»

Segundo estas vozes, ergue-se novamente a sensatez e a protecção do clima é novamente posta no seu lugar. É como se estivessem novamente a respirar bem fundo aqueles para quem a protecção do clima era um enorme aborrecimento. Perante a pandemia do coronavírus, o movimento de protecção do clima deveria revelar-se humilde e razoável.

### **Um Estado fraco não oferece protecção em situação de dificuldade**

Nesta crise, quem demonstra menos humildade são pelo contrário as empresas que, juntamente com os políticos liberais e conservadores, defendem há décadas um Estado magro e uma rígida política de poupança. Com a sua bem-sucedida insistência, desde os anos 1990 o Estado foi-se constantemente despindo de responsabilidades.

Contudo, em situação de dificuldade, um Estado fraco não consegue ser o protector com que os cidadãos contam. Um exemplo disso é o sistema de saúde.

Ainda há um ano, dizia a Fundação Bertelsmann, com o seu forte pendor para a economia: «A Alemanha tem demasiados hospitais. É possível prestar melhores cuidados com apenas metade dos hospitais.»

No entanto, o número de camas e dos hospitais públicos vinha a diminuir constantemente desde o início da década de 1990. Durante a pandemia do coronavírus, muita gente percebeu a importância vital de um sistema de saúde público. Nos hospitais privados, por exemplo, o Estado não pode ordenar a reserva de mais camas no serviço de cuidados intensivos.

Ainda assim, a Fundação Bertelsmann continuava a recomendava que nos orientássemos pelo exemplo de França e que reduzíssemos os hospitais públicos.

Actualmente, as pessoas aplaudem todas as noites os enfermeiros, cuidadores e médicos nas varandas ou à porta de casa. Estão contentes por cada cama disponível nos hospitais.

### **O presidente francês mostra-se arrependido**

Nos últimos 15 anos, a França eliminou cerca de 70 000 camas de hospitais. Restaram assim apenas 5000 camas de cuidados intensivos — comparativamente com 30 000 na Alemanha. Na crise do coronavírus, os doentes tiveram de ser transportados de comboio de alta velocidade para outras regiões, para aí receberem cuidados. Também a Alemanha recebeu centenas de doentes franceses.

Muitos franceses mostraram-se gratos pela ajuda alemã. Num comunicado na televisão, o presidente francês, Emmanuel Macron, justificou a má assistência aos doentes. Nenhum país estava preparado para a crise.

«Estávamos preparados para esta crise? Evidentemente, não estávamos», responde o presidente. «Mas fizemos tudo para estar à altura do desafio. Em França, como em todo o mundo, tivemos de reagir rapidamente à situação de emergência. Foi preciso tomar decisões difíceis com base em informações incompletas e em constante mudança. Mas sejamos honestos: este período revelou muitas lacunas e insuficiências.»

Foram raras as ocasiões em que os franceses viram o seu presidente tão arrependido. O político liberal prometeu então, em muitos dos seus discursos, que iria mudar a sua política. Depois da crise, nada deverá voltar a ser como antes. Macron e os seus ministros querem também fazer regressar a França a produção de medicamentos ou alimentos vitais. Mas permanece por esclarecer se isso estará também reflectido nos pacotes conjunturais de milhares de milhões de euros.

### **«Podemos assistir a intervenções maciças da política na economia»**

Freiburg, 20 de Setembro de 2019. De volta ao tempo antes de a pandemia do coronavírus se ter espalhado da China para o mundo inteiro. Não foram só alunos, como também cientistas, professores e cidadãos normais que se manifestaram naquele soalheiro domingo de Outono em prol de mais protecção do ambiente. No total, em todo o mundo, mais de 1,4 milhões de pessoas saíram à rua.

Este apelo por mais protecção ambiental é também um apelo a uma maior presença do Estado. Leis e interdições ambientais rigorosas têm de ser aprovadas nos parlamentos e executadas pelos ministros responsáveis. A crise do coronavírus veio alterar esta discussão em torno do Estado, do mercado e da liberdade individual.

A professora de Direito Johanna Wolff, da Universidade Livre de Berlim, acredita que, depois do coronavírus, muitas pessoas encararão o Estado de outra forma.

«Em retrospectiva, neste momento temos muita dificuldade em imaginar como há tão poucos meses havia quem defendesse sinceramente a opinião de que não era economicamente razoável proibir os copos de

cartão ou os sacos de plástico», afirma. «Neste momento, depois do que se exigiu entretanto à economia, isso até parece cómico. A crise do coronavírus revelou assim que são possíveis intervenções maciças da política na economia e demonstrou-se igualmente que estas intervenções, sob a ameaça de um perigo grave e efectivo para direitos legais importantes, também podem ser sustentadas juridicamente.»

Para a jurista Johanna Wolff, a protecção do ambiente e do clima é um direito legal tão importante quanto a saúde. Também nas políticas climáticas têm de ser introduzidas restrições e proibições maciças.

### **O coronavírus muda a perspectiva diante de restrições e proibições**

No entanto, os partidos políticos receiam campanhas polémicas. Os Verdes são muitas vezes chamados de «partido das proibições» porque proíbem os microplásticos ou pretendem restringir o consumo de carne. Especialista em direito constitucional, Johanna Wolff acredita que as novas experiências numa verdadeira crise poderão aumentar a aceitação das proibições.

«Penso que uma boa legislação de protecção do clima tem de ser composta por uma mescla de instrumentos», afirma. «E que esta mescla tem sem dúvida de incluir proibições. E é também evidente: as proibições limitam sempre direitos fundamentais. Por isso, é igualmente evidente que é preciso haver bons motivos para proibir alguma coisa. É além disso evidente que essas proibições são decididas com base num debate social o mais amplo possível e é evidente que tem de haver a possibilidade de estas serem controladas judicialmente. Mas se forem reunidas todas estas condições, as proibições em si não têm nada de mal. E a mim parece-me negativo quando se fala sempre depreciativamente das proibições ao mesmo tempo que se refere sempre a questão de estarmos a ser sujeitos a imposições.»

As proibições têm a vantagem de produzir efeitos imediatos. Ao contrário do que aconteceu na crise do coronavírus, a aceitação das proibições no âmbito da protecção do clima é no entanto menor, já que as consequências da crise climática não são sentidas todos os dias. Acresce que os governos planeiam para um ou, no máximo, dois períodos eleitorais. Para lidar verdadeiramente com uma crise, a política tem de fazer previsões a muito mais longo prazo.

É esta reflexão *à la longue* que falta na política e na economia. Nos círculos especializados, utiliza-se aqui o conceito de resiliência. Muitos conhecem a resiliência no foro da psicologia, quando, por exemplo, se trata de ser resiliente ao stress.

Sob uma superexcitação causada pelo ruído, perante elevadas exigências e momentos difíceis pessoais, as pessoas podem aprender a lidar melhor com o stress. Existem exercícios especiais para esse efeito. Muito antes da situação de stress, estas pessoas preparam-se preventivamente para a agressão exterior.

No plano da sociedade, trata-se de criar modelos de reacção a que se possa recorrer em caso de crise e mitigar os danos. Em crises ambientais e de saúde, isto significa proteger as pessoas da decadência social, da doença e das angústias existenciais. Como acontece actualmente na crise do coronavírus ou no caso de uma catástrofe natural.

### **«Não podemos regressar à nossa velha normalidade»**

Uma pessoa que há muito manifesta o seu desejo de tornar o mundo mais resistente às crises é Nicholas Stern. O antigo economista-chefe do Banco Mundial acredita que os países estavam mal preparados para a crise do coronavírus e também para a crise financeira de 2008. E que estão ainda pior equipados para enfrentar a crise climática.



«O pior que poderia acontecer no mundo pós-coronavírus seria uma política de poupança», alerta Nicholas Stern. (imago images / ZUMA Press)

«Não podemos regressar à nossa velha normalidade», diz ele. Já vimos como são frágeis as nossas economias nacionais — e não apenas no que toca ao ambiente, mas também perante uma crise financeira. Esta velha normalidade pré-corona é muito instável e muito perigosa.»

Nicholas Stern divulgou já em 2006 o famoso Relatório Stern. Neste relatório analisava os custos das alterações climáticas que as economias nacionais terão de suportar nas décadas seguintes. Se as secas, as inundações e as tempestades passarem a ser assunto do dia-a-dia, é sua opinião que isso não afectará fortemente apenas a agricultura, mas também o turismo e as infra-estruturas públicas, como estradas e linhas ferroviárias, ou também sectores inteiros da indústria.

### **A protecção do clima é cara, mas não proteger o clima é ainda mais**

Só em 2014 foi publicada uma nova edição do Relatório Stern. Este indica que, se o aquecimento global não for travado até 2050, até 2030, em todo o mundo, terá de ser despendida a quantia gigantesca de 90 biliões de dólares americanos.

A maior parte deste dinheiro teria de ser aplicado no sector da energia e dos transportes: duas áreas que ainda hoje estão dependentes de fontes de energia fósseis, como carvão, petróleo e gás.

Se os países continuarem a apostar em matérias-primas fósseis, a construir centrais de carvão, a promover os motores de combustão ou a criação de animais em massa, os custos desta «velha normalidade» serão claramente mais elevados, avisa o economista.

O relatório fala uma linguagem clara: se não se apostar na prevenção, todos terão de pagar caro — à custa da própria bolsa, mas também da saúde, das empresas e da sociedade. Mas os países e as sociedades podem prevenir-se contra as alterações climáticas — se começarem desde logo a tratar do assunto.

### **Exigem-se requisitos claros e medidas imediatas**

A crise do coronavírus seria precisamente um bom momento, diz Nicholas Stern: «Precisamos do enquadramento, de requisitos claros e de uma orientação clara para a direcção a seguir. Só assim podemos

planear a economia e criar postos de trabalho seguros. Se os políticos não demonstrarem intenções claras, isso será negativo também para a economia, já que se sentirá uma grande insegurança nos investimentos. Por isso, tem de ser absolutamente claro que não pode haver retrocesso na protecção do clima. O pior que poderia acontecer no mundo pós-coronavírus seria uma política de poupança como aquela a que assistimos nos últimos anos. Além do mais, precisamos de um conjunto de medidas imediatas, por exemplo, para promover a locomoção eléctrica de comboios e automóveis.»

Na sua maioria, estes apelos dos economistas ambientais como Nicholas Stern, antes da crise do coronavírus, perdiam-se sem serem ouvidos. Contudo, em muitos países, havia estímulos e instrumentos de mercado como, por exemplo, o comércio com certificados de CO<sub>2</sub> ou benefícios fiscais para investimentos benéficos para o ambiente.

Acontece que só muito contrariadas as autoridades estatais pegam em quantidades avultadas de dinheiro para tornar a vida pública mais amiga do ambiente, por exemplo, com a construção de ciclovias, a promoção dos transportes públicos ou isolamento térmico dos edifícios.

### **O coronavírus veio abalar os alicerces da ideologia neoliberal**

«É o que nos mostra uma epidemia: como somos todos vulneráveis, como estamos dependentes do comportamento atencioso dos outros, mas precisamente também a forma como nos podemos proteger através do nosso comportamento comum», disse a chanceler alemã no seu discurso de 18 de Março.

O coronavírus obriga agora a quebrar tabus alimentados pelos governos liderados pelos dois maiores partidos e pela chanceler Angela Merkel ao longo de 14 anos. Só em crises como a de 2008/2009 e a actual pandemia encontramos excepções ao de outro modo obrigatório ímpeto de poupança ou ao chamado zero preto.

Esta mudança de rumo teve efeitos no modo de pensar a economia. Conceitos económicos que, até agora, eram mal vistos podem agora voltar a ser alvo de respeito, acredita o economista Reinhard Loske.

Este economista de 61 anos foi durante muito tempo deputado pelos Verdes no parlamento alemão. Depois de 15 anos na política, optou por fim por se dedicar à ciência. Actualmente é presidente da Escola Superior Cusanus, no estado da Renânia-Palatinado, conhecida pela sua orientação ecológica.

«Acredito por isso que, a crise do coronavírus — não quero dizer propriamente que seja o último prego no caixão ou que os sinos dobrem pela morte da ideologia neoliberal; mas a ideologia neoliberal vê os seus alicerces profundamente abalados pela crise do coronavírus.»

### **«Todas as percepções erradas tornam-se agora evidentes»**

Reinhard Loske acredita que a crise do coronavírus poderá desencadear uma mudança de paradigma. Está a mudar a forma como se fala do Estado nos meios de comunicação e nos parlamentos. E isto terá também consequências para o clima em toda a sociedade.



A economia neoclássica ficou ainda mais despida de sentido com a crise do coronavírus, considera Reinhard Loske. (imago images / ecomedia / robert fishman)

«Todas as percepções erradas tornam-se agora evidentes», afirma ele. «O simples entendimento de que a natureza deve ser encarada apenas como um recurso que deve ser utilizado de forma eficiente. De que não existem limites ao crescimento, mas que o avanço técnico permite um constante alargamento dos limites ao crescimento. Este é um postulado que tem vindo entretanto a ser fortemente colocado em dúvida. E depois a concepção de humanidade, o entendimento do ser humano, do *homo oeconomicus*, como alguém que visa permanentemente maximizar o benefício próprio. Também esta concepção estará pelo menos em aberto. Não somos evidentemente todos uns santos, isso é absolutamente evidente, mas demonstrámos que, em situações de crise, também podemos ser prestáveis e, ao mesmo tempo, tentar fazer o que é melhor para nós. Por isso defendo a tese de que a economia neoclássica se revela ainda mais despida de sentido através desta crise.»

Só se as pessoas cooperarem e lidarem umas com as outras de forma solidária poderemos contar com uma protecção do clima que seja justa, acredita o economista ecológico Reinhard Loske. E apenas neste ambiente de coesão será possível convencer as pessoas a operarem uma mudança. É também isto que exige o movimento de defesa do clima. O impulso deverá vir da sociedade. Mas, por fim, o Estado tem de abrir o caminho da mudança.

A crise do coronavírus mostra que o Estado tem uma rápida capacidade de actuação quando reconhece a crise. Para Reinhard Loske, isto significa também que, a par da concepção liberal de mercado, também a globalização tem de ser questionada.

«A não contabilização dos custos externos dos transportes nas contas das alterações climáticas, da poluição do ar e outros que tais constitui um verdadeiro programa de estímulo à globalização», diz Reinhard Loske. «E por isso seria agora muito, muito importante um ajuste dos preços dos transportes de contentores, ou seja, dos transportes marítimos e dos aviões de carga e civis e que fosse aplicada uma tributação internacional à navegação e à aviação, criando assim um estímulo à desglobalização. Em segundo lugar, deveriam ser promovidas estratégias específicas de regionalização. Esta é uma questão elementar, relacionada nomeadamente com os alimentos, os produtos alimentares, a água, a qualidade do equilíbrio natural. E este é o domínio absolutamente prioritário da regionalização.»



## **Mais presença do Estado, sociedade civil mais forte**

Mas, para Reinhard Loske, a solução não reside apenas numa maior presença do Estado. Exige-se ao mesmo tempo uma sociedade civil forte, para que a transformação ecológica também se opere a partir de baixo.

Em França observam-se já tentativas de uma protecção climática «bottom-up» — a partir de baixo.

«Eu fui activista ambiental e estive presente na conferência mundial sobre o clima em Paris, há cinco anos», conta Mathilde Imer. «Fiquei muito satisfeita com o acordo sobre o clima — mas não é suficiente. Vemos actualmente que nenhum país do mundo está verdadeiramente a implementar este acordo. Temos por isso agora de pensar em novos processos democráticos. Novos modelos segundo os quais os cidadãos já não são encarados como ignorantes, assumindo pelo contrário responsabilidade.»

Mathilde Imer bate-se há anos por uma maior participação dos cidadãos no debate sobre o clima. Actualmente, a futura cientista política organiza com muitos outros a «Convention citoyenne pour le climat», em França. Trata-se de uma assembleia de cidadãos que pretende tomar decisões sobre a futura política para o clima.

O governo francês criou também o Parlamento do Clima. O presidente francês Emmanuel Macron já publicitava este projecto no seu programa eleitoral em 2017.

## **Um Parlamento do Clima composto por cidadãos**

Em Outubro passado, os deputados do Parlamento do Clima reuniram-se pela primeira vez num auditório da Universidade Sorbonne, em Paris. 150 cidadãos que foram chamados aleatoriamente por um organismo de investigação eleitoral. O que contava era apenas uma representação equitativa, ou seja, o mesmo número de homens e mulheres, jovens e pessoas mais velhas, pessoas com boa remuneração e com trabalho precário, residentes na cidade e no campo.

Todos foram incumbidos da delicada tarefa de reduzir 40 por cento as emissões de gases de estufa até 2030. E de modo que as pessoas mais pobres não sofressem com isso.

Os delegados discutiram o assunto ao longo de um total de seis fins-de-semana. A última assembleia realizar-se-á daqui a poucas semanas. Os projectos e as leis elaborados em prol da protecção do clima deverão ser votados no próximo Outono. Por referendo ou então votação no parlamento.

Para Mathilde Imer, é uma história de sucesso: «Só muito poucas pessoas desistiram da sua participação. Muitos iam depois para casa, falavam com os políticos locais, conversavam com os agricultores ou continuavam a informar-se sobre o tema das alterações climáticas. Quase todos continuaram a trabalhar nas suas localidades.»

## **Produção de alimentos na região**

E apesar de terem sido pessoas tão diferentes, chegou-se a resultados que todos conseguiam aceitar. Assim, os participantes chegaram rapidamente ao consenso de que a agricultura deveria ser realocizada. Fruta, legumes e cereais deveriam ser produzidas na região, independentemente das exportações.

Mais difícil é o tema da carne. Apesar de a criação de animais libertar grandes quantidades de gases nocivos para o ambiente, tanto na Alemanha como em França as pessoas têm ainda dificuldade em proibir o consumo de carne. A francesa Mathilde Imer teve neste campo a mesma experiência que a jurista Johanna Wolff: se uma proibição ou um decreto se aplicar na mesma medida a toda a gente e se fizer sentido, a aceitação aumenta.



Exigência de assembleias de cidadãos para debater o clima: acampamento da Extinction Rebellion em frente à chancelaria (imago images / Jürgen Ritter)

Mas independentemente de tudo isto: também os defensores do clima alemães desejam assembleias de cidadãos como em França e solicitam a sua criação. É o caso de associações como a Mehr Demokratie ou dos movimentos de protecção ambiental como a Extinction Rebellion.

Em Outubro do ano passado, a Extinction Rebellion sitiou o parlamento alemão em Berlim — no momento em que, em França, Mathilde Imer inaugurava a primeira assembleia de cidadãos. Enquanto em França o governo organizava esta assembleia, até agora, no nosso país, os cidadãos praticamente não têm uma palavra a dizer nas questões relacionadas com o clima.

### **Protecção do clima com participação democrática**

Na crise do coronavírus, a política teve de reagir rapidamente. Cada dia em que não se age coloca pessoas em perigo. Resta então muito pouco tempo para a participação democrática.

Contudo, na protecção do clima, essa possibilidade é mais real — mas também urgentemente necessária, já que os cientistas sabem de antemão que a humanidade tem de mudar radicalmente de rumo nos próximos 30 anos para impedir um aquecimento de mais de 1,5 graus.

«Acredito que há agora disponibilidade para operar mudanças no sentido de aumentar aquilo que há pouco designámos por resiliência. Mas isso tem de ser feito de forma justa. A aceitação perante medidas reconhecidas como necessárias existe ou morre dependendo de, na superação das consequências, se considerar uma coisa chamada justiça. Por isso, a política tem desde já uma grande influência em determinar se a sociedade se continua a desmembrar à deriva ou se atribui mais importância a aspectos de solidariedade.»